



PROVA



CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM/MS

Concurso Público 01/2026

CARGO: Contador

TURNO: Tarde

INSTRUÇÕES GERAIS

01. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 (três) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.**
02. **Verifique se o seu CADERNO DE QUESTÕES está completo, com 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla-escolha, e se o seu tipo de prova (A ou B) é compatível com a sua FOLHA DE RESPOSTAS (A ou B).**
03. Cada questão possui 4 (quatro) alternativas do tipo A, B, C, D. Assinalar apenas uma das alternativas na FOLHA DE RESPOSTAS.
04. O preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de inteira responsabilidade do candidato.
05. **Em hipótese alguma a FOLHA DE RESPOSTAS será substituída por erro do candidato, mesmo em caso de rasuras ou marcações indevidas.**
06. Na FOLHA DE RESPOSTAS, verifique se seus dados estão corretamente preenchidos.
07. As questões estão representadas pelos seus respectivos números na FOLHA DE RESPOSTAS.
08. **As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS deverão ser feitas com caneta esferográfica de tinta AZUL OU PRETA.**
09. Durante a realização das provas, NÃO se permitirá consulta a materiais diversos nem comunicação entre os candidatos.
10. **É expressamente proibido o uso de qualquer equipamento eletrônico no local de provas, inclusive qualquer tipo de relógio digital ou analógico.**
11. Os objetos não permitidos deverão ser guardados em sacos invioláveis e opacos, disponibilizados pelos fiscais do IAN.
12. **Somente será permitido ao candidato sair do local de provas depois de transcorrido o tempo de 1 (uma) hora de prova, mediante a ENTREGA OBRIGATÓRIA da sua FOLHA DE RESPOSTAS e do seu CADERNO DE QUESTÕES ao fiscal de sala.**
13. **O candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente depois de transcorrido o tempo de 2 (duas) horas de prova.**
14. **Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados juntos quando todos concluírem as suas respectivas provas.**



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

A motivação dos atos administrativos e a proteção do interesse público

A Administração Pública exerce suas competências por meio de atos administrativos destinados à consecução do interesse público e à concretização das finalidades estabelecidas pelo ordenamento jurídico. Todavia, o exercício dessas prerrogativas não se reveste de caráter absoluto, visto que toda atuação estatal encontra limites nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no caput do artigo 37 da nossa Constituição Federal. Nesse contexto, a motivação dos atos administrativos constitui requisito essencial de legitimidade, por permitir o controle da atuação administrativa tanto pela própria Administração quanto pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário.

A motivação consiste na exposição clara, coerente e suficiente das razões de fato e de direito que justificam a prática do ato administrativo. Não se trata de mera formalidade burocrática, mas de verdadeiro instrumento de transparência, de controle e de garantia dos direitos fundamentais dos administrados. A ausência de fundamentação adequada, ou a apresentação de justificativas genéricas e incompatíveis com a realidade dos fatos, pode comprometer a validade do ato, especialmente quando impedir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa pelos interessados.

Não por outra razão, a doutrina contemporânea reconhece que a discricionariedade administrativa não autoriza decisões arbitrárias. Ainda que a lei confira margem de liberdade ao administrador para escolher a solução mais conveniente e oportuna, essa escolha permanece vinculada aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da finalidade pública e da motivação suficiente. Em consequência, o controle jurisdicional não alcança o mérito administrativo propriamente dito, salvo quando evidenciado desvio de finalidade, abuso de poder, erro de fato, manifesta desproporcionalidade ou violação aos princípios que regem a Administração Pública.

Cumprido destacar, ademais, que a teoria dos motivos determinantes estabelece que a validade do ato administrativo se encontra vinculada aos motivos expressamente indicados pela autoridade competente. Assim, se a Administração declara determinada justificativa para a prática do ato e posteriormente se verifica que os fatos alegados não existiam ou eram juridicamente inadequados, o ato poderá ser invalidado, ainda que outra fundamentação eventualmente pudesse sustentá-lo. Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e prestigia o dever de boa-fé objetiva nas relações entre o Estado e os particulares.

Sob outra perspectiva, a eficiência administrativa não pode ser interpretada como autorização para relativizar direitos fundamentais ou afastar procedimentos legalmente previstos. Ao contrário, a busca por maior celeridade deve coexistir com o respeito às garantias processuais, ao devido processo legal e à observância das formas essenciais previstas em lei. A simplificação procedimental somente se revela legítima quando compatível com o sistema normativo e incapaz de comprometer a lisura, a transparência ou a imparcialidade da atuação estatal.

Por fim, importa reconhecer que a legitimidade da atuação administrativa não decorre exclusivamente da conformidade formal com a lei, mas também da observância dos valores constitucionais que orientam a Administração Pública. Um ato aparentemente regular poderá revelar-se inválido caso afronta princípios constitucionais ou produza efeitos incompatíveis com a finalidade pública que lhe deu origem. Nessa perspectiva, o controle dos atos administrativos representa importante mecanismo de preservação do Estado Democrático de Direito, assegurando que o exercício da função administrativa permaneça permanentemente submetido à Constituição, às leis e aos direitos fundamentais. *(Gilberto Manso – Texto adaptado)*

01. A principal tese defendida pelo autor consiste em afirmar que

- (A) a discricionariedade administrativa permite ao administrador escolher livremente a solução que entender conveniente.
- (B) a motivação dos atos administrativos constitui requisito de legitimidade, funcionando como mecanismo de transparência, controle e proteção dos direitos fundamentais, sem faltar a discricionariedade conferida pela lei.
- (C) o controle jurisdicional alcança tanto a legalidade quanto a conveniência e oportunidade dos atos administrativos sempre que houver interesse público relevante.
- (D) a eficiência administrativa possui supremacia sobre os princípios constitucionais, justificando flexibilizações procedimentais quando voltadas ao interesse coletivo.

02. Infere-se CORRETAMENTE do texto que

- (A) a existência de discricionariedade administrativa impede qualquer forma de controle judicial.
- (B) a teoria dos motivos determinantes permite substituir, posteriormente, os fundamentos originalmente utilizados para justificar o ato administrativo.
- (C) um ato formalmente legal poderá ser inválido caso ofenda princípios constitucionais ou desvie da finalidade pública.
- (D) a motivação do ato administrativo constitui requisito exigível apenas quando houver impugnação judicial.

03. No trecho “Não por outra razão, a doutrina contemporânea ...”, a vírgula empregada

- (A) separa uma oração subordinada adverbial reduzida.
- (B) isola uma expressão adverbial deslocada anteposta à oração principal.
- (C) separa sujeito de predicado.
- (D) introduz uma oração coordenada explicativa.

04. No período "A motivação consiste na exposição clara, coerente e suficiente das razões de fato e de direito que justificam a prática do ato administrativo", assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O segmento "que justificam a prática do ato administrativo" constitui oração subordinada adverbial consecutiva.
(B) Os vocábulos "clara", "coerente" e "suficiente" exercem função de adjuntos adnominais do substantivo "exposição".
(C) O termo "das razões de fato e de direito" exerce função de complemento nominal de "exposição".
(D) A oração introduzida por "que" possui valor restritivo e exerce função sintática de adjunto adnominal do antecedente "razões".

05. Assinale a alternativa cuja reescrita preserva integralmente a correção gramatical, o sentido original e a observância das normas de concordância, regência e emprego da crase.

- (A) A Administração Pública permanece vinculada à observância dos princípios constitucionais, à motivação suficiente e à finalidade pública.
(B) A Administração Pública permanece vinculada a observância dos princípios constitucionais, à motivação suficiente e a finalidade pública.
(C) A Administração Pública permanece vinculada à observância dos princípios constitucionais, a motivação suficiente e à finalidade pública.
(D) A Administração Pública permanece vinculada a observância dos princípios constitucionais, a motivação suficiente e à finalidade pública.

06. No trecho "Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e prestigia o dever de boa-fé objetiva nas relações entre o Estado e os particulares.", marque a opção cuja reescrita observa rigorosamente a norma-padrão quanto à colocação pronominal.

- (A) Essa compreensão fortalece-a, reforça-lhe e prestigia-o nas relações entre o Estado e os particulares.
(B) Essa compreensão a fortalece, reforça-lhe a confiança legítima e prestigia o dever de boa-fé objetiva.
(C) Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e prestigia-o, referindo-se ao dever de boa-fé objetiva.
(D) Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e o prestigia, nas relações entre o Estado e os particulares.

07. No período "O ato poderá ser invalidado, ainda que outra fundamentação ...", assinale a opção CORRETA.

- (A) A forma verbal "ser invalidado" encontra-se na voz reflexiva.
(B) A transformação para a voz ativa produz, obrigatoriamente, a oração: "Outra fundamentação invalidará o ato."
(C) O verbo principal da locução verbal encontra-se na voz passiva analítica, sem indicação expressa do agente da passiva.
(D) A oração introduzida por "ainda que" possui valor causal.

08. Considere o último parágrafo do texto, e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O pronome relativo "que" em "que orientam a Administração Pública" exerce função de sujeito.
(B) Na expressão "valores constitucionais que orientam a Administração Pública", a oração introduzida por "que" restringe o sentido do antecedente e exerce função de adjunto adnominal.
(C) O verbo "orientam" deveria concordar com "Administração Pública", razão pela qual a forma correta seria "orienta".
(D) A substituição de "orientam" por "norteiam" exigiria alteração obrigatória da regência nominal do período.

09. Considere a seguinte reescrita do texto: "A transparência, a motivação adequada e o respeito aos princípios constitucionais ____ indispensáveis para que ____ decisões compatíveis com o Estado Democrático de Direito.". Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas.

- (A) é — exista
(B) são — exista
(C) são — existam
(D) é — existam

10. Com base no texto, analise as afirmativas.

I. A expressão "Todavia", no primeiro parágrafo, introduz ideia de oposição em relação ao período anterior.

II. Em "não se trata de mera formalidade burocrática", o pronome "se" exerce função de índice de indeterminação do sujeito.

III. Em "essa escolha permanece vinculada aos princípios da razoabilidade...", o predicado é classificado como verbo-nominal.

IV. A substituição de "Submetido à Constituição, às leis e aos direitos fundamentais" por "Submetido a Constituição, as leis e aos direitos fundamentais" viola a norma de emprego do acento indicativo de crase.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Segundo a sua Lei Orgânica, é competência privativa do Município de Jardim/MS, EXCETO

- (A) elaborar o plano plurianual e o orçamento anual.
(B) instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.
(C) sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização.
(D) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

12. Em determinado debate na Câmara Municipal de Jardim/MS, discutiu-se a elaboração de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, à proteção de dados pessoais, à promoção da acessibilidade, ao fortalecimento da assistência social e à divulgação dos direitos fundamentais da população. Durante a sessão, alguns parlamentares sustentaram que tais medidas dependeriam exclusivamente da conveniência administrativa, enquanto outros defenderam que decorrem diretamente dos fundamentos e objetivos estabelecidos na Lei Orgânica do Município. À luz dos arts. 1º ao 4º da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas.

I. A autonomia, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político constituem fundamentos da organização do Município.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos, admitindo-se participação direta apenas nas hipóteses previstas em lei municipal específica.

III. Constituem objetivos fundamentais do Município, entre outros, assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento local e regional; contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais; promover o bem-estar da comunidade sem discriminação; assegurar, nos termos da lei, a proteção dos dados pessoais; criar programas de prevenção e atendimento especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e promover o amparo à velhice e à criança abandonada.

IV. O Município executará, dentro de sua competência e com recursos da seguridade social, observadas as normas gerais federais, programas governamentais na área da assistência social, conferindo especial atenção à redução da vulnerabilidade socioeconômica das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, além de favorecer e coordenar iniciativas particulares voltadas à consecução desse objetivo.

V. Os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal integram a Lei Orgânica Municipal e devem ser afixados em repartições públicas, escolas, hospitais e demais locais de acesso público, permitindo que todos deles tomem conhecimento, exijam seu cumprimento pelas autoridades e observem os deveres que lhes incumbem.

VI. A promoção dos objetivos fundamentais previstos na Lei Orgânica possui natureza meramente programática, podendo ser afastada por razões de oportunidade e conveniência administrativa, desde que haja justificativa fundamentada do Poder Público.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, IV e VI estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

13. O Município de Jardim/MS pretende promover ampla reorganização administrativa, com a criação de novo distrito mediante desmembramento territorial, a instalação de subsede da Prefeitura em determinado bairro, a instituição de novo símbolo municipal, a redefinição das divisas distritais e a incorporação de novos bens ao patrimônio público. Durante a tramitação da proposta legislativa, surgiram interpretações divergentes quanto à autonomia municipal, à organização político-administrativa, aos requisitos para criação de distritos, ao regime jurídico dos bens municipais e à disciplina dos símbolos oficiais. À luz dos arts. 5º a 13 da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas.

I. O Município possui autonomia política, administrativa e financeira, sendo os Poderes Legislativo e Executivo independentes e harmônicos entre si.

II. A Bandeira, o Hino e o Brasão são símbolos oficiais do Município; a lei poderá instituir outros símbolos, permanecendo obrigatório o uso dos símbolos municipais nas repartições públicas e seu estudo nas escolas.

III. Integram o patrimônio municipal os bens móveis e imóveis pertencentes ao Município, bem como os que lhe forem atribuídos por lei ou incorporados por ato jurídico perfeito.

IV. O Município poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em bairros, distritos e vilas, sendo admitida a criação de subsedes da Prefeitura, nos bairros, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

V. A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de distritos exige lei municipal, consulta plebiscitária, divulgação dos estudos de viabilidade, observância da legislação estadual e atendimento aos requisitos previstos na Lei Orgânica, comprovados pelos documentos legalmente exigidos.

VI. Na fixação das divisas distritais, devem ser evitadas formas assimétricas e a interrupção da continuidade territorial, privilegiando-se, sempre que possível, linhas naturais facilmente identificáveis.

VII. A autonomia municipal autoriza a dispensa da consulta plebiscitária e dos estudos de viabilidade para criação de distritos, desde que a lei municipal seja aprovada pela Câmara.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, IV, V e VII estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, V e VI estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, V, VI e VII estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

14. Considere a seguinte situação hipotética: “O Prefeito de Jardim/MS pretende promover ampla reforma administrativa envolvendo Concursos Públicos, Administração Indireta, Licitações e Regime jurídico dos Servidores.”. À luz dos arts. 18 a 24 da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas.

I. A investidura em cargo público depende, como regra, de concurso público; é vedado o nepotismo; e admite-se contratação temporária apenas nos casos previstos em lei.

II. A criação de entidades da Administração Indireta depende de lei específica; licitação é a regra para contratações públicas; e a publicidade oficial não pode promover autoridades ou servidores.

III. O Município adotará regime jurídico único; o servidor efetivo poderá ser readaptado; adquirirá estabilidade após três anos de efetivo exercício e avaliação especial; e a aposentadoria observará os requisitos da Lei Orgânica.

IV. A publicidade institucional poderá promover autoridades quando possuir caráter educativo, sendo dispensável licitação para obras públicas quando houver interesse da Administração.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

15. À luz dos arts. 25 a 51 da Lei Orgânica de Jardim, analise as assertivas.

I. A Câmara instala-se em Sessão Solene, independentemente de quórum, sendo presidida inicialmente pelo Vereador mais idoso.

II. Sessão extraordinária delibera apenas sobre a matéria da convocação; sessões são públicas, salvo decisão de 2/3; e sua abertura exige 1/3 dos Vereadores.

III. A Câmara exerce controle externo com auxílio do TCE; CPI exige requerimento de 1/3, fato determinado e prazo certo.

IV. O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos; a perda do mandato por quebra de decoro é sempre declarada pela Mesa Diretora.

Estão CORRETAS

- (A) apenas I, III e IV.
- (B) apenas II, III e IV.
- (C) apenas I, II e III.
- (D) todas as assertivas.

16. Considerando os arts. 52 a 62 da Lei Orgânica de Jardim/MS, analise as assertivas.

I. A emenda à Lei Orgânica exige dois turnos, interstício mínimo de dez dias e aprovação por 2/3 da Câmara.

II. As leis sobre servidores do Executivo são de iniciativa privativa do Prefeito, enquanto a organização administrativa da Câmara é de iniciativa privativa da Mesa.

III. O veto parcial pode recair sobre expressão de artigo; o silêncio do Prefeito importa sanção tácita.

IV. Leis delegadas não podem versar sobre lei complementar ou orçamento; projeto rejeitado somente poderá ser reapresentado na mesma sessão por proposta da maioria absoluta da Câmara.

Estão CORRETAS

- (A) apenas II, III e IV.
- (B) apenas I, II e IV.
- (C) apenas I, III e IV.
- (D) todas as assertivas.

17. À luz dos arts. 1º a 28 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim/MS, analise as assertivas.

I. Como regra, as sessões da Câmara são presenciais, admitindo-se, excepcionalmente, sessões virtuais ou híbridas; a sessão legislativa ordinária não será interrompida sem aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II. O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos; desde a diplomação não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável; suas imunidades subsistem durante o estado de sítio, ressalvada a hipótese prevista no Regimento.

III. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal será automaticamente licenciado; a licença para interesse particular não poderá ultrapassar 120 dias por sessão legislativa; e a licença para tratamento de saúde assegura a percepção dos subsídios.

IV. A censura poderá ser verbal ou escrita; a suspensão temporária do mandato não poderá exceder trinta dias; a falta injustificada a quatro sessões ordinárias consecutivas configura hipótese de suspensão temporária; e a perda do mandato por quebra de decoro depende de decisão da Câmara por voto de dois terços.

V. O Vereador incompatibilizado poderá tomar posse normalmente, desde que comprove a desincompatibilização no prazo de quinze dias contado da posse.

Estão CORRETAS

- (A) apenas I, II, III e V.
- (B) apenas II, III e IV.
- (C) apenas I, II, III e IV.
- (D) todas as assertivas.

18. Considerando o Estatuto do Servidores Públicos do Município de Jardim/MS, assinale a opção INCORRETA.

(A) Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, criado por lei, denominação própria e pago pelos cofres públicos.

(B) O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por período de dois anos.

(C) O salário-família não está sujeito a qualquer imposto, desconto ou contribuição.

(D) Poderá haver acumulação remunerada de cargos públicos.

19. Com fundamento nos arts. 29 a 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim, analise as assertivas.

I. O Plenário delibera por maioria simples, absoluta ou qualificada, exigindo-se voto favorável de dois terços para perda do mandato de Vereador, concessão de título honorífico e aprovação de emenda à Lei Orgânica.

II. A Mesa Diretora possui mandato de dois anos, admitida a reeleição; sua eleição realiza-se por votação aberta, maioria simples, chapas fechadas e presença da maioria absoluta dos Vereadores.

III. Compete à Mesa Diretora, entre outras atribuições, propor leis sobre sua organização, autografar projetos aprovados, promulgar a Lei Orgânica e suas emendas e declarar a perda do mandato de Vereador nas hipóteses previstas na Lei Orgânica, assegurada ampla defesa.

IV. Em caso de empate na eleição da Mesa Diretora, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Presidente for o mais idoso; a destituição de membro da Mesa exige resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara, mediante processo próprio.

V. O membro da Mesa acusado em processo de destituição poderá participar da votação, desde que não presida os trabalhos.

Estão CORRETAS

- (A) apenas I, II e III.
- (B) apenas II, III, IV e V.
- (C) apenas I, III e IV.
- (D) apenas I, II, III e IV.

20. À luz do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardim/MS, analise as assertivas.

I. O ingresso no serviço público exige, entre outros requisitos, nacionalidade, gozo dos direitos políticos, quitação eleitoral e militar, escolaridade, idade mínima de dezoito anos e boa saúde, podendo a lei estabelecer requisitos adicionais.

II. A nomeação para cargo efetivo depende de concurso público, observadas a ordem de classificação e a validade do certame; os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, enquanto as funções de confiança são privativas de servidor efetivo.

III. A progressão funcional ocorre por antiguidade para a referência imediatamente superior da mesma classe, exigindo interstício de dois anos, interrompido, entre outras hipóteses, por licença sem vencimentos e suspensão disciplinar.

IV. A transferência para cargo de denominação diversa independe de concurso público, desde que o servidor seja estável e possua a escolaridade exigida para o novo cargo.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No mesmo exercício financeiro, a Câmara Municipal celebrou contrato para aquisição de equipamentos com entrega futura, realizou o empenho da despesa, prestou caução contratual, reconheceu provisão referente a demanda judicial cuja perda era provável e mensurável, registrou perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) em ativo imobilizado e, posteriormente, verificou que despesa de competência do exercício não havia sido escriturada, embora o pagamento ocorresse apenas no exercício seguinte. Constatou-se, ainda, erro de classificação entre contas patrimoniais e de resultado, permanecendo o balancete de verificação com igualdade entre débitos e créditos. Considerando os princípios contábeis, o patrimônio, os atos e fatos contábeis, a escrituração, o plano de contas, o regime de competência, o balancete de verificação, as variações patrimoniais e a convergência às normas internacionais aplicadas ao setor público, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A igualdade entre débitos e créditos no balancete comprova a inexistência de erros de classificação, de competência e de reconhecimento patrimonial.

(B) O contrato, o empenho, a caução, a provisão e a perda por *impairment* constituem fatos modificativos que produzem idênticos efeitos patrimoniais.

(C) A celebração do contrato e a caução possuem natureza distinta dos fatos patrimoniais; a provisão e a perda por *impairment* podem gerar variações patrimoniais diminutivas; e o equilíbrio do balancete não afasta a possibilidade de omissões ou erros de classificação capazes de comprometer as demonstrações contábeis.

(D) O regime de competência determina o reconhecimento imediato de todas as obrigações previstas contratualmente, independentemente da ocorrência do fato gerador.

22. Determinada despesa da Câmara foi empenhada e liquidada em dezembro, permanecendo sem pagamento até o encerramento do exercício. À luz do MCASP e das NBC TSP, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A despesa somente produzirá efeitos patrimoniais após o pagamento.

(B) A liquidação extingue automaticamente a obrigação patrimonial do ente público.

(C) A despesa poderá ser inscrita em restos a pagar processados, sem afastar os efeitos patrimoniais decorrentes da liquidação.

(D) A inscrição em restos a pagar processados depende exclusivamente da disponibilidade financeira existente em caixa na data do encerramento do exercício.

23. Ao elaborar as demonstrações contábeis da Câmara Municipal, o contador verificou que determinado bem do ativo imobilizado teve sua vida útil econômica revisada, um ativo intangível possuía vida útil definida, uma jazida explorada pelo ente encontrava-se em fase de exploração econômica e existia demanda judicial cuja perda era apenas possível. No encerramento do exercício, observou-se que um conjunto de registros contábeis aumentou o ativo total, reduziu o patrimônio líquido, manteve inalterado o passivo exigível e foi considerado compatível com os critérios de reconhecimento, mensuração e evidência previstos nas normas convergidas aos padrões internacionais de Contabilidade. À luz da Contabilidade Geral, marque a opção CORRETA.

(A) A alteração da vida útil de ativo imobilizado exige recálculo retroativo obrigatório da depreciação e ajuste direto no patrimônio líquido.

(B) A mera possibilidade de perda em ação judicial impõe o reconhecimento obrigatório de provisão no passivo.

(C) A redução do patrimônio líquido é incompatível com aumento simultâneo do ativo quando o passivo permanece inalterado.

(D) Depreciação, amortização e exaustão decorrem de fundamentos econômicos distintos; a constituição de provisão depende do preenchimento dos requisitos de reconhecimento; e registros que aumentem o ativo e reduzam o patrimônio líquido, mantendo inalterado o passivo, podem ser tecnicamente válidos quando compatíveis com as normas contábeis aplicáveis.

24. Ao final do exercício financeiro, a Câmara Municipal verificou que: (i) determinada receita tributária havia sido regularmente lançada, porém não arrecadada até 31 de dezembro; (ii) contrato administrativo possuía despesa empenhada, parcialmente liquidada e não paga; (iii) outra despesa permanecia apenas empenhada, sem liquidação, embora o serviço estivesse contratualmente previsto; (iv) foram concedidos suprimentos de fundos ainda pendentes de prestação de contas; e (v) identificou-se erro na classificação de natureza patrimonial em contas do PCASP durante o encerramento contábil. Considerando o MCASP, as NBC TSP, o regime contábil aplicável, os procedimentos contábeis orçamentários e patrimoniais e os estágios da receita e da despesa pública, marque a CORRETA.

(A) A existência do lançamento da receita implica seu reconhecimento financeiro e orçamentário definitivo, independentemente da arrecadação.

(B) A despesa empenhada e não liquidada integra necessariamente os restos a pagar processados, desde que haja disponibilidade orçamentária.

(C) O suprimento de fundos, enquanto pendente de prestação de contas, descaracteriza qualquer obrigação de registro patrimonial.

(D) A classificação contábil dos eventos deve observar simultaneamente os procedimentos orçamentários e patrimoniais previstos no PCASP e no MCASP, sendo distintos os efeitos produzidos pelo lançamento da receita, pela liquidação da despesa, pelos restos a pagar e pelo suprimento de fundos.

25. No encerramento do exercício, determinada Câmara Municipal reconheceu provisões patrimoniais, revisou estimativas contábeis, efetuou ajustes de mensuração em ativos, registrou fatos sem repercussão orçamentária imediata e preparou suas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público para integração ao processo de consolidação das contas públicas. Durante auditoria, discutiu-se a compatibilidade dos registros com as NBC TSP, as IPSAS e os critérios exigidos para a consolidação nacional das contas públicas. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A consolidação nacional limita-se à soma algébrica dos balanços individuais dos entes públicos, independentemente da uniformização de critérios contábeis.

(B) A consolidação das contas públicas pressupõe observância uniforme das normas contábeis aplicáveis, inclusive quanto ao reconhecimento, mensuração, evidência e classificação patrimonial, independentemente da coincidência entre os efeitos patrimoniais e orçamentários.

(C) A convergência às IPSAS restringe-se às demonstrações patrimoniais, não alcançando procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidência.

(D) O reconhecimento patrimonial de determinado fato depende exclusivamente de sua execução orçamentária.

26. Durante auditoria operacional realizada na Câmara, verificou-se que os demonstrativos evidenciavam regular execução orçamentária, porém inexistia sistema estruturado de apuração de custos das atividades legislativas. Paralelamente, identificaram-se operações relacionadas à dívida pública registradas conforme os procedimentos específicos previstos no MCASP. O gestor sustentou que o equilíbrio orçamentário seria suficiente para a demonstração da eficiência administrativa. Considerando o sistema de custos aplicado ao setor público, os procedimentos contábeis específicos, a dívida pública e a avaliação de desempenho da gestão pública, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A apuração de custos possui finalidade exclusivamente gerencial, sendo incompatível com avaliações de eficiência e desempenho da gestão pública.

(B) A contabilidade aplicada ao setor público contempla informações patrimoniais, orçamentárias e de custos, permitindo avaliações de eficiência, economicidade e desempenho, sem prejuízo dos registros específicos relativos à dívida pública.

(C) O adequado registro da dívida pública dispensa a necessidade de mensuração de custos governamentais.

(D) O equilíbrio orçamentário constitui indicador suficiente para avaliação do desempenho da gestão pública.

27. Durante revisão dos registros contábeis de encerramento do exercício, constatou-se que diversos eventos haviam sido corretamente registrados sob a ótica orçamentária, mas apresentavam inconsistências patrimoniais decorrentes de classificação inadequada no PCASP. O contador argumentou que a regularidade da execução orçamentária seria suficiente para assegurar a conformidade das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. À luz do MCASP, das NBC TSP, do PCASP e dos procedimentos contábeis aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A escrituração patrimonial possui caráter meramente complementar, prevalecendo sempre os registros orçamentários.

(B) A classificação inadequada de contas patrimoniais não compromete a qualidade das demonstrações contábeis quando a execução orçamentária estiver correta.

(C) A escrituração aplicada ao setor público exige integração entre registros patrimoniais, orçamentários e de controle, observando os critérios de reconhecimento, mensuração, evidenciação e classificação estabelecidos pelas NBC TSP, pelo MCASP e pelo PCASP.

(D) Os procedimentos patrimoniais e orçamentários constituem sistemas independentes, dispensando harmonização para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

28. Durante a execução do orçamento da Câmara Municipal, verificou-se insuficiência de dotação para ação regularmente prevista no Plano Plurianual (PPA), compatível com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e inicialmente contemplada na Lei Orçamentária Anual (LOA). Paralelamente, constatou-se frustração da arrecadação, exigindo revisão da programação financeira, do cronograma mensal de desembolso e limitação de empenho. No mesmo exercício, registraram-se receitas provenientes da alienação de bens móveis inservíveis e de operação de crédito regularmente autorizada, bem como despesas decorrentes da aquisição de equipamentos permanentes e da contratação de serviços continuados. Cogitou-se, ainda, a abertura de crédito adicional para reforço da ação, preservando o cumprimento das metas fiscais e dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. À luz do sistema orçamentário brasileiro, marque a CORRETA.

(A) A compatibilidade da despesa com o PPA e a LDO autoriza, por si só, a abertura de crédito suplementar, independentemente da existência de autorização legal, indicação de recursos disponíveis ou observância dos limites fiscais.

(B) A programação financeira e o cronograma de desembolso possuem natureza exclusivamente gerencial, não influenciando a limitação de empenho nem a execução orçamentária diante da frustração da arrecadação.

(C) A abertura de créditos adicionais, a classificação econômica das receitas e despesas, a programação financeira, a limitação de empenho e o cronograma de desembolso constituem instrumentos distintos, porém interdependentes, devendo ser aplicados de forma compatível com o PPA, a LDO, a LOA, as metas fiscais e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(D) Alienação de bens, operação de crédito, aquisição de equipamentos permanentes e contratação de serviços continuados classificam-se, respectivamente, como receita corrente, receita corrente, despesa corrente e despesa de capital.

29. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, as projeções fiscais passaram a indicar risco de descumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em razão da redução da arrecadação e da aproximação dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Simultaneamente, surgiu necessidade de executar despesa não prevista originalmente na LOA, embora compatível com os programas constantes do Plano Plurianual. O gestor sustentou que a aprovação da LOA encerraria o ciclo orçamentário, tornando desnecessárias novas medidas de ajuste e permitindo a abertura de crédito adicional sem repercussão sobre os resultados fiscais. Considerando os princípios orçamentários, o ciclo orçamentário, a execução do orçamento, os créditos adicionais, os resultados primário e nominal e os mecanismos de responsabilidade fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A aprovação da LOA encerra definitivamente o ciclo orçamentário, tornando imutáveis as metas fiscais e afastando a necessidade de limitação de empenho durante a execução.

(B) A abertura de crédito adicional regularmente autorizada afasta, por si só, a incidência dos limites fiscais e dos mecanismos de equilíbrio previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

(C) Resultado primário e resultado nominal possuem idêntico conteúdo jurídico-orçamentário, diferenciando-se apenas quanto ao período de apuração.

(D) A gestão orçamentária exige acompanhamento contínuo do ciclo orçamentário e dos resultados fiscais, podendo impor limitação de empenho, revisão da programação financeira, abertura de créditos adicionais nos casos legalmente admitidos e observância simultânea da compatibilidade entre PPA, LDO, LOA e dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

30. Durante o encerramento do quadrimestre, o Município instituiu benefício tributário com potencial impacto sobre a arrecadação, enquanto a Câmara Municipal elaborava os demonstrativos fiscais de sua competência. Simultaneamente, identificaram-se divergências entre os registros contábeis, as informações encaminhadas ao SICONFI, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Paralelamente, o sistema de controle interno apontou impropriedades contábeis sem indícios de danos ao erário e recomendou sua correção antes da prestação anual de contas. Posteriormente, o Tribunal de Contas identificou as mesmas ocorrências durante fiscalização, ocasião em que o gestor sustentou que a manifestação do controle interno impediria nova apreciação pelo controle externo e que eventual renúncia de receita seria matéria exclusiva do Poder Executivo, sem repercussões sobre os deveres de transparência do Poder Legislativo. À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), do MCASP, das NBC TSP, das normas do Tribunal de Contas e da disciplina do SICONFI, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O controle interno e o controle externo exercem competências autônomas e complementares; a consistência entre registros contábeis, demonstrativos fiscais e informações encaminhadas ao SICONFI constitui requisito da transparência fiscal; e a repercussão de atos financeiros praticados por outro Poder não afasta os deveres de evidenciação e responsabilidade fiscal atribuídos ao Poder Legislativo.
- (B) A aprovação prévia das contas pelo controle interno impede a reapreciação dos mesmos fatos pelo Tribunal de Contas, salvo demonstração de fraude ou dolo.
- (C) A responsabilidade do Poder Legislativo restringe-se ao conteúdo formal do Relatório de Gestão Fiscal, sendo irrelevante eventual incompatibilidade entre o RGF, o RREO, os registros contábeis e as informações encaminhadas ao SICONFI.
- (D) A renúncia de receita possui repercussão exclusivamente arrecadatória, sem influência sobre metas fiscais, demonstrativos fiscais ou deveres de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

31. Ao final do exercício financeiro, a tesouraria da Câmara constatou divergências entre os saldos contábeis e bancários decorrentes da existência simultânea de cheques emitidos e não compensados, créditos bancários ainda não contabilizados, tarifas bancárias pendentes de registro e ordens de pagamento na fase de processamento. No mesmo período, verificou-se que a despesa total com pessoal do Poder Legislativo aproximava-se do limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000, embora os registros contábeis, os demonstrativos fiscais e as informações remetidas ao SICONFI estivessem formalmente compatíveis com o MCASP, o MDF e as NBC TSP. O gestor sustentou que a regularidade da escrituração contábil e a inexistência de diferenças definitivas na conciliação bancária seriam suficientes para demonstrar a plena conformidade fiscal da Câmara Municipal.

Considerando a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o MCASP, o MDF, as NBC TSP e as normas aplicáveis à tesouraria pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A coincidência entre os saldos bancário e contábil constitui requisito suficiente para comprovar a regularidade das disponibilidades financeiras e o cumprimento das exigências da responsabilidade fiscal.
- (B) A conciliação bancária integra o sistema de controle das disponibilidades financeiras, permitindo identificar diferenças temporárias e permanentes entre registros bancários e contábeis; entretanto, sua regularidade não substitui a observância material dos limites fiscais, especialmente daqueles relacionados à despesa com pessoal e às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) A conciliação bancária possui finalidade exclusivamente financeira, não guardando relação com a confiabilidade da escrituração contábil nem com os demonstrativos fiscais.
- (D) A conformidade formal dos registros contábeis e dos demonstrativos fiscais afasta eventual descumprimento dos limites legais relativos à despesa com pessoal.

32. Durante auditoria operacional realizada na Câmara Municipal, verificou-se que determinada contratação pública havia sido regularmente prevista no Plano Anual de Contratações, instruída na fase preparatória, submetida à gestão de riscos e formalizada nos termos da Lei nº 14.133/2021, com publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). No curso da execução contratual, contudo, identificaram-se falhas na fiscalização do contrato, deficiência na matriz de riscos, recebimento parcial do objeto, liquidação de parcela da despesa sem comprovação integral da execução e inconsistências entre os registros contábeis e os documentos da execução contratual. O controle interno recomendou a instauração de procedimento apuratório, enquanto o gestor alegou que a manifestação favorável do fiscal do contrato, a regularidade formal da licitação e o envio tempestivo das informações aos sistemas eletrônicos do Tribunal de Contas impediriam qualquer responsabilização, inclusive a instauração de tomada de contas especial. À luz da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021, das normas dos Tribunais de Contas, da auditoria governamental e dos princípios da accountability, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A regularidade da fase preparatória e a publicação do contrato no PNCP tornam irrelevantes eventuais falhas verificadas na fiscalização contratual e na liquidação da despesa.
- (B) A emissão de parecer favorável pelo fiscal do contrato impede a instauração de tomada de contas especial, salvo demonstração de fraude ou enriquecimento ilícito.
- (C) A tomada de contas especial restringe-se à verificação dos registros financeiros, não abrangendo aspectos relacionados à gestão contratual, à gestão de riscos ou à responsabilização dos gestores.
- (D) A atuação do controle interno, da auditoria governamental, da fiscalização contratual e do Tribunal de Contas é complementar e não excludente, podendo coexistir a instauração de tomada de contas especial, a revisão da liquidação da despesa, a responsabilização dos gestores e a reavaliação dos aspectos contábeis, patrimoniais e operacionais da contratação, ainda que observadas as formalidades iniciais e o envio regular das informações aos sistemas eletrônicos.

33. Após a emissão de parecer prévio favorável pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Chefe do Poder Executivo, auditoria interna da Câmara Municipal identificou inconsistências entre os registros patrimoniais, os controles administrativos e a execução física de bens permanentes, bem como indícios de impropriedades financeiras. Parte das conclusões, entretanto, não estava suficientemente suportada por papéis de trabalho e evidências documentais. Durante a apreciação das contas pelo Poder Legislativo, sustentou-se que o parecer prévio possuía eficácia vinculante absoluta, impedindo nova avaliação dos fatos e qualquer responsabilização posterior dos gestores, especialmente porque os achados da auditoria ainda careciam de documentação completa.

Considerando a Constituição Federal, as competências dos Tribunais de Contas, os princípios da auditoria governamental, o compliance público e a responsabilidade dos gestores, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A emissão de parecer prévio favorável impede qualquer reavaliação dos fatos pelo Poder Legislativo e afasta definitivamente a responsabilização administrativa, financeira e patrimonial dos gestores.

(B) A existência de fortes indícios torna dispensável a documentação das evidências e dos papéis de trabalho, desde que as conclusões da auditoria sejam tecnicamente plausíveis.

(C) O parecer prévio integra o sistema constitucional de controle externo sem natureza vinculante absoluta; os achados de auditoria devem estar amparados por evidências suficientes e apropriadas, documentadas em papéis de trabalho; e a responsabilização dos gestores permanece sujeita às competências constitucionais e legais dos órgãos de controle, observados os respectivos procedimentos.

(D) A fiscalização patrimonial possui natureza exclusivamente contábil, não integrando o escopo da auditoria operacional nem da avaliação de compliance público.

34. Em auditoria realizada na Câmara Municipal, verificou-se que determinado servidor efetivo, investido formalmente na função de gestor de informações institucionais, autorizou o fornecimento parcial de documentos administrativos em resposta a pedido formulado com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (LAI). Simultaneamente, suprimiu dados que considerou protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), embora inexistisse classificação formal de sigilo, e deixou de registrar a motivação administrativa da decisão. O controle interno apontou deficiência de governança, falha procedimental e possível responsabilização funcional, ao passo que o gestor alegou ter atuado em observância ao princípio da publicidade.

À luz da Constituição Federal, da LAI, da LGPD, dos princípios da Administração Pública, da governança pública e do controle administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A inexistência de classificação formal de sigilo impede, em qualquer hipótese, a restrição de acesso a dados pessoais constantes de documentos administrativos.

(B) A observância do princípio da publicidade dispensa a motivação administrativa quando o agente entende existir interesse público predominante.

(C) A responsabilização administrativa do agente depende exclusivamente da demonstração de dano efetivo ao erário decorrente da negativa parcial de acesso à informação.

(D) A atuação administrativa deve compatibilizar publicidade, proteção de dados, motivação, transparência e governança, sendo insuficiente a invocação genérica de qualquer desses princípios para justificar restrições de acesso ou afastar eventual responsabilização funcional.

35. Após denúncia de supostas irregularidades funcionais, instaurou-se processo administrativo disciplinar contra servidor da Câmara Municipal. No curso da apuração, a autoridade competente determinou cautelarmente o afastamento do investigado, anulou ato administrativo anteriormente praticado por vício de legalidade e instaurou procedimento para apuração de possível improbidade administrativa decorrente dos mesmos fatos. O servidor sustentou que a anulação do ato impediria qualquer responsabilização posterior, por representar reconhecimento administrativo da nulidade da conduta. Considerando o regime jurídico dos atos administrativos, os poderes administrativos, o processo administrativo, a responsabilização do agente público e a improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A invalidação do ato administrativo elimina, por consequência lógica, a possibilidade de responsabilização disciplinar ou por improbidade relativa aos fatos que lhe deram origem.

(B) A autotutela administrativa permite o controle de legalidade dos próprios atos, sem excluir, quando cabível, a apuração de responsabilidade funcional ou por improbidade decorrente da conduta do agente.

(C) O afastamento cautelar constitui sanção disciplinar definitiva, incompatível com o devido processo administrativo.

(D) A instauração de processo administrativo disciplinar impede a atuação dos demais órgãos de controle até seu encerramento definitivo.

36. A Câmara Municipal celebrou ajuste de cooperação com entidade integrante da Administração indireta para execução de atividade de apoio administrativo. Durante a execução, falha operacional ocasionou prejuízo a terceiros, dando origem a pedido de indenização e à instauração simultânea de procedimento administrativo de apuração de responsabilidades. O gestor sustentou que eventual responsabilidade deveria recair exclusivamente sobre a entidade executora, por possuir personalidade jurídica própria. À luz da Constituição Federal, do Direito Administrativo e da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A personalidade jurídica própria da entidade da Administração indireta impede qualquer controle administrativo exercido pelo ente instituidor.
- (B) A responsabilidade civil do Estado e a responsabilização administrativa dos agentes possuem pressupostos e finalidades distintos, podendo coexistir conforme o regime jurídico aplicável ao caso concreto.
- (C) A delegação da execução de atividade administrativa transfere automaticamente ao executor todos os deveres constitucionais relacionados ao controle e à fiscalização.
- (D) A instauração de procedimento administrativo impede o exercício do direito de ação pelo particular até a conclusão da apuração interna.

37. Durante a apreciação das contas anuais da Câmara Municipal, o Tribunal de Contas requisitou documentos complementares relativos à execução orçamentária, à gestão patrimonial e à observância dos limites fiscais previstos na Constituição Federal e na legislação financeira. O Presidente da Câmara recusou parte das informações sob o argumento de que o parecer prévio restringiria a atuação fiscalizatória do Tribunal e de que determinados documentos estariam protegidos por normas internas de sigilo administrativo. À luz dos arts. 70 a 75 e 163 a 169 da Constituição Federal, da Lei de Acesso à Informação e das normas de transparência pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A competência fiscalizatória dos Tribunais de Contas alcança os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, sendo incompatível sua limitação por normas administrativas internas de sigilo que contrariem o regime constitucional de controle.
- (B) A emissão de parecer prévio impede a requisição de documentos complementares referentes ao mesmo exercício financeiro.
- (C) As normas de transparência pública aplicam-se apenas aos atos do Poder Executivo, preservando a autonomia documental do Poder Legislativo.
- (D) A fiscalização prevista nos arts. 70 a 75 da Constituição restringe-se à legalidade da despesa pública, não abrangendo aspectos de economicidade ou legitimidade.

38. Ao enviar a prestação de contas ao Tribunal de Contas, o contador utilizou certificado digital, assinatura eletrônica e dados extraídos do sistema de contabilidade pública. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A assinatura eletrônica substitui a conferência das informações transmitidas.
- (B) A certificação digital garante a exatidão dos dados enviados.
- (C) A utilização de planilhas eletrônicas dispensa a validação dos dados extraídos do sistema contábil.
- (D) A certificação digital assegura a autenticidade da transmissão, sem afastar a responsabilidade pela integridade e consistência das informações.

39. Duas aplicações financeiras possuem o mesmo valor presente, são submetidas a taxas efetivas equivalentes e produzem o mesmo valor futuro, embora uma utilize juros compostos e a outra uma série uniforme de pagamentos. Nesse caso, é CORRETO afirmar que

- (A) a equivalência das taxas dispensa a equivalência temporal dos fluxos de caixa.
- (B) a igualdade do valor futuro implica, necessariamente, igualdade dos juros totais em qualquer regime de capitalização.
- (C) a equivalência financeira depende da compatibilidade entre taxa, fluxo de caixa e momento das operações, não bastando comparar apenas os valores finais.
- (D) havendo atualização monetária, deixam de existir critérios para comparação financeira entre operações distintas.

40. No exercício de suas atribuições, o contador da Câmara Municipal teve acesso a informações protegidas por sigilo profissional e foi intimado a fornecê-las a terceiro sem autorização legal. À luz do Código de Ética Profissional do Contador, das NBC PG e da responsabilidade do contador público, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O dever de sigilo pode ser afastado por solicitação verbal de autoridade administrativa.
- (B) A responsabilidade técnica do contador exclui eventual responsabilização civil, administrativa ou penal.
- (C) O dever de sigilo profissional não impede a divulgação de informações quando houver fundamento legal ou determinação da autoridade competente, observados os limites normativos.
- (D) A assinatura do superior hierárquico transfere integralmente ao gestor a responsabilidade técnica pelos atos praticados pelo contador.